ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

ADITIVO Nº 01

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

DO

CONTRATO

Nº 017/2025

OBJETO – Contratação de empresa especializada em fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.

PROCESSO – n° 029/2025.

ADITIVO Nº 01

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

DO

CONTRATO

Nº 017/2025

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Processo Administrativo nº 029/2025

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, lavrei o presente TERMO DE ABERTURA deste processo Administrativo para realização do 1° termo aditivo de prorrogação da vigência de prazo do contrato nº 017/2025, que tem como primeira folha a de nº 01, que corresponde a este termo.

Debora Daniele Dias de Sousa
Secretária Administrativa

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

MEMO INTERNO 2026 – CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

Excelentíssimo Senhor
Antônio Fernando Oliveira
Presidente da Câmara Municipal

NESTA

ASSUNTO: Solicitação de autorização para instauração de procedimento administrativo visando à celebração de Termo Aditivo de Prazo

Senhor Presidente,

Solicito a autorização de Vossa Excelência para a instauração do competente procedimento administrativo destinado à celebração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 017/2025, oriundo da Dispensa de Licitação nº 014/2025, celebrado com a empresa PAZ SERVIÇOS E EVENTOS LTDA.

A celebração do referido Termo Aditivo justifica-se pela necessidade de prorrogação da vigência contratual, com a finalidade de assegurar a continuidade do fornecimento de material gráfico destinado ao atendimento das demandas da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.

A prorrogação pretendida revela-se necessária para evitar a descontinuidade do fornecimento, garantindo a disponibilidade de materiais gráficos indispensáveis ao desenvolvimento das atividades administrativas e institucionais desta Casa Legislativa. Ressalta-se, ainda, que a empresa contratada vem cumprindo satisfatoriamente as obrigações assumidas, permanecendo o interesse público na manutenção da contratação.

Diante do exposto, encaminham-se os autos para apreciação de Vossa Excelência e, sendo este o entendimento, para autorização do prosseguimento dos trâmites administrativos necessários à formalização do respectivo Termo Aditivo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Termos em que,

Pede deferimento.

Duque Bacelar/MA, 10 de dezembro de 2025

Debora Daniele Dias de Sousa
Secretária Administrativa

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

TERMO DE CONTRATO Nº 017/2025

Processo Administrativo nº 018/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR-MA, ATRAVÉS DA CÂMARA MUNICIPAL E A EMPRESA PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA.

Por este instrumento particular, o MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR-MA, através da **CÂMARA MUNICIPAL**, situada na Ave. Coronel Rosalino, s/n Centro , DUQUE BACELAR-MA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13, neste ato representado pelo presidente, Sr. Antônio Fernando Oliveira, CPF n° 432.433.123-53, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 34.795.292/0001-18, com sede na Rua São Judas Tadeu, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP 65625-000, neste ato representada por seu representante legal Sr. João Francisco Silva dos Santos, portador do CPF 916.226.203-30, doravante denominada **CONTRATADA**, tem, entre si, ajustado o presente CONTRATO n° 017/2025, decorrente da Dispensa de Licitação n° 014/2025, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 018/2025, submetendo-se as cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal n° 14.133/2021, em seu art. 75, inciso II.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada em fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2. A Autorização de Contratação Direta;

1.2.3. A Proposta do Contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO

2.1. O recebimento dos serviços será feito de acordo com as disposições previstas no Termo de Referência, nos termos do Art. 140 da Lei n° 14.133/2021.

2.2. O objeto do presente contrato administrativo deverá ser executado após o recebimento da ordem de serviço pela Contratada.

2.3. O não cumprimento do disposto no item 7.1 acarretará a aplicação de multa de mora e, a critério da Administração, a extinção unilateral do contrato, com fundamento no art. 162 da Lei n° 14.133/2021.

2.4. A administração rejeitará fundamentadamente, todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com o especificado no termo de referência e na proposta, com fundamento no art. 140, § 1°, da Lei n° 14.133/2021.

2.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 3 (três) dias úteis, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, com fundamento no art. 119 da Lei n° 14.133/2021.

FLS. Nº 05
Rubrica
1335
Rubrica

2.6. O não cumprimento do disposto no item 7.4 acarretará a aplicação de multa de mora e, a critério da Administração, a extinção unilateral do contrato, com fundamento no art. 162 da Lei n° 14.133/2021.

2.7. O objeto contratado será recebido:

2.7.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material ou serviço com as exigências contratuais, com fundamento no art. 140, inciso II, alínea "a", da Lei n° 14.133/2021.

2.7.2. Definitivamente, em até 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, com fundamento no art. 140, inciso II, alínea "b", e § 3° da Lei n° 14.133/2021.

2.8. O setor competente, designado para o acompanhamento do objeto, fará o recebimento limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, no termo de referência e na proposta da empresa vencedora, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

2.9. Assim, foi devidamente especificado os critérios de medição, conforme determina o art. 6°, inciso XXIII, ALÍNEA "G", DA Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - GARANTIA DOS PRODUTOS

3.1. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade do produto fornecido, pelo prazo de validade.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pela aquisição do objeto do presente instrumento de contrato, a CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA, o valor global de **R$ 18.440,18 (Dezoito mil, quatrocentos e quarenta reais e dezoito centavos)**.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS / SERVIÇOS	UND	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	Bloco De Anotações, Capa E Contracapa Em Papel Reciclado 20g/M², Impressão 4x0 Cor, Formato 90 Mm X110 Mm. Miolo Em Papel Reciclado 75 G/M², 30 Folhas Com Logomarca Da Camara Municpal No Cabeçalho, Impressão 4x0 Cor, Formato 90 Mmx110 Mm. Acabamento Colado.	Bloco	60	R$ 8,70	R$ 522,00
2	Bloco ordem de compras 3 vias med. 21x15cm. Papel ap 75gr.	Bloco	100	R$ 13,80	R$ 1.380,00
3	Capa De Processo Legislativo C/ Bolsa, Papel Cartolina, 240 G/M², Cor Verde, Timbrada, Impressão 1x0 Cor, Formato 340 Mm X 480 Mm, Vincada Ao Meio, Com Bolsa Fixa	Milheiro	1	R$2.300,00	R$ 2.300,00
4	Capa De Processo Tipo 2 , Papel Cartolina, 240 G/M², Cor Amarela, Timbrada, Impressão 1x0 Cor, Formato 340 Mm X 480 Mm, Vincada Ao Meio, Com Duas Abas Para Grampo, Com 5 Linhas Horizontais Pontilhadas	Milheiro	1	R$2.216,67	R$ 2.216,67
	Calendário De Mesa, Com 12 Laminas, Em				

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

5	Papel Couchê 150 G/ M^2, 4x4 Cores, Medida De 200 Mmx130 Mm, Base Em Papel Supremo, 300 G/M^2, 4x0 Cor, Medindo 200 Mmx 330 Mm. Acamabento Em Wire-O.	Unidade	43	R$ 27,67	R$ 1.189,81
6	Cartão De Visita, Em Papel Apergaminhado, 180 G/M^2, Cor Branca, Timbrado, Brasão Em Policromia, Texto Em Impressão 1x0 Cor, Formato 5,5 Cm X 9,5 Cm.	Milheiro	2	R$ 223,33	R$ 446,66
7	Convite Tipo 1, Impressão 1 X 0 Cor, Papel Opaline, 180 G/M^2, Formato 160 Mm X 220 Mm. O Texto Será De Acordo Com O Teor Da Reunião.	Milheiro	1	R$ 930,00	R$ 930,00
8	Crachá Para Funcionários, Confecção De Fotolito, Impressão E Acabamento De Crachás, Em Papel Supremo 250g, Revestido Em Bopp, Com Plastificação Rígida, Com Furo Central Na Parte Superior, Abaloada Nas Quatro Extremidades, No Formato13,5 X 9,5cm, 4/0 Cores	und	30	R$ 10,83	R$ 324,90
9	Envelope Tipo Carta, Material Papel Reciclado, Cor Natural, Gramatura 90g/M^2, Comprimento 110mm, Largura 230mm, Impressão Com Endereço E Logomarca Da Câmara Municipal.	Milheiro	1	R$ 693,33	R$ 693,33
10	Envelope Oficio, Material Papel Of-Set 75 G/M^2, Timbrado, Cor Branca, Impressão 1 X 1 Cor, Formato 114 Mm X 229 Mm. Impressão Com Endereço E Logomarca Da Câmara Municipal. Caixa Com 1.000 Envelopes.	Cx	2	R$ 696,67	R$ 1.393,34
11	Envelope Oficio Grande, Material Papel Timbrado 120 G/M^2, Cor Branca, Formato 26,0 Cm X 36,0 Cm, Impressão Com Endereço E Logomarca Da Câmara Municipal. Caixa Com 1.000 Envelopes.	cx	1	R$1.400,00	R$ 1.400,00
12	Ficha De Requisição De Material	Milheiro	1	R$1.116,67	R$ 1.116,67
13	Envelope krafit ouro med. 24x34cm. Impressão em 01 cor.	und	600	R$ 1,55	R$ 930,00
14	Dossiê de funcionários	Milheiro	1	R$1.610,00	R$ 1.610,00
15	Papel Timbrado, Papel Off-Set, 75 G/M^2 Cor Branca, Alcalino, Formato A4, Impressão 1 X 0 Cor, Pacote Com 500 Folhas. Impressão Com Endereço E Logomarca Da Câmara Municipal.	pct	40	R$ 49,67	R$ 1.986,80
			Valor total:		**R$ 18.440,18**

4.2. O pagamento será realizado pelo setor competente da Câmara Municipal de Duque Bacelar – MA, no prazo de até 30 (trinta) dias após a solicitação pela contratada, acompanhada da nota fiscal e dos documentos de regularidade fiscal, desde que respeitada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, com fundamento no art. 141, caput, da Lei n° 14.133/2021.

FLS. Nº 07
Rubrica
FLS. Nº 137
Rubrica

4.3. O órgão disponibilizará, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, com fundamento no art. 141, § 3°, da Lei n° 14.133/2021.
4.4. A nota fiscal deverá especificar de forma detalhada o objeto executado.
4.5. A nota fiscal que apresentar erro será devolvida para correção e reapresentação, oportunidade em que será reaberta a contagem do prazo previsto no item 8.1.
4.6. O pagamento apenas será efetuado após a especificação liquidação da despesa, conforme previsto no art. 63 da Lei n° 4.320/1964, que terá por base o contrato, a nota de empenho e os comprovantes da entrega do objeto.
4.7. O pagamento apenas será efetuado após a empresa comprovar a manutenção de todas as condições de habilitação exigidas no termo de referência, com fundamento no art. 92, inciso XVI, da Lei n° 14.133/2021.
4.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) **I = (6 / 100)** **I = 0,00016438**

TX = Percentual da taxa anual = 6%

4.10. Assim, foi devidamente especificado os critérios de pagamento, conforme determina o art. 6°, inciso XXIII, alínea "g", da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA- RECURSOS FINANCEIROS

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.
5.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
Orgão: 01 – Câmara Municipal
Unidade Gestora: 01.01 – Câmara Municipal
Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal
Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços De Terceiro Pessoa Jurídica.

5.3. Em caso de prorrogação contratual ou alteração/inclusão dos respectivos créditos orçamentários e/ou financeiros, as despesas decorrentes da execução do objeto correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. A contratada terá direito ao reajustamento, desde que decorridos 09 (nove) meses da data base vinculada à data do orçamento estimado, conforme previsto no art. 25, § 7°, c/c art. 92, inciso V, da Lei n° 14.133/2021.
6.2. O reajustamento será calculado através da seguinte formula:
6.2.1. O índice de reajuste será o índice de Preços ao consumidor Amplo – IPCA, instituído pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

FLS. Nº 08
Rubrica
FLS. Nº 138

6.2.2. A data base adotada será a data 01 (um) ano posterior ao início da vigência contratual.
6.2.3. Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

R = V x I – Io = onde:

R – Valor do reajustamento calculado;
V – Valor contratual do objeto a ser reajustados;
I – Índice (IPCA), correspondente à data base.
6.3. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da Contratada.
6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.
6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
6.6. Na ausência de previsão legal quanto ai índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

7.1. Este contrato administrativo terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2025. conforme Termo de Referência e determina Lei n° 14.133/2021.
7.2. Caso o objeto do contrato administrativo não seja exaurido até o final de sua vigência a mesma será automaticamente prorrogada, desde que haja disponibilidade de créditos orçamentários, conforme possibilita o art. 109 c/c art. 105 da Lei n° 14.133/2021.
7.3. O contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, conforme dispõe o art. 124, inciso I, da Lei n° 14.133/2021:
7.3.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
7.3.2. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
7.4. O contrato poderá ser alterado por acaso entre as partes, conforme dispõe o art. 124, inciso II, da Lei n° 14.133/2021:
7.4.1. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
7.4.2. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como modo de fornecimento em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
7.4.3. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
7.4.4. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequência incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

FLS. Nº 09
Rubrica
FLS. Nº 139
Rubrica

7.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o item 7.3, subitem "7.3.1", o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, não sendo possível a transfiguração do objeto, conforme dispõe o art. 124 c/c art. 125 da Lei n° 14.133/2021.

7.6. Nas alterações contratuais para supressão, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocados no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados, conforme dispõe o art. 129 da Lei n° 14.133/2021.

7.7. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, conforme dispõe o art. 130 da Lei n° 14.133/2021.

7.8. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme dispõe o art. 131, parágrafo único, da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Caberá ao CONTRATANTE além das obrigações previstas no AVISO e no Termo de referência:

8.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s);

8.1.2. Recusar com a devida justificativa qualquer produto fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA;

8.1.3. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

8.1.4. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos.

8.2. Caberá à CONTRATADA, além das obrigações previstas no contrato e no Termo de referência:

8.2.1. Fornecer o objeto do contrato, em conformidade com o Termo de referência, e de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei nº 14.133/2021;

8.2.2. Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista previdenciária, comercial, fiscal, e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a entrega dos serviços objeto do contrato;

8.2.3. Emitir a Nota Fiscal de Fornecimento fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos exigidos pela Contratante, e o lote e número de processo de contratação.

8.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, relacionados com as especificações dos serviços;

8.2.4. Entregar nos locais determinados pelo CONTRATANTE na(s) Ordem(ns) de fornecimento, os produtos objeto da presente contratação, às suas expensas, dentro do prazo de execução estabelecido;

8.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos serviços que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;

8.2.6. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

FLS. Nº 10
Rubrica
FLS. Nº 1140
Rubrica

8.2.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;
8.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.
8.2.9. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.2.10. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;
8.2.11. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido no Termo de referência, sem ônus para a CONTRATANTE;
8.2.12. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega dos produtos, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
9.1. As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o disposto nos arts. 155 a 163 da Lei n° 14.133/2021, referentes ao capítulo "I – Das infrações e Sanções Administrativas".
9.2. O contratado poderá ser penalizado, conforme determina o art. 155 da Lei n° 14.133/2021:
9.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
9.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
9.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
9.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
9.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
9.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
9.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
9.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
9.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
9.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
9.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
9.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n°12.846, de 1/ de agosto de 2013.
9.3. Poderão ser aplicadas ao contrato as seguintes sanções, conforme determina o art. 156 da Lei n° 14.133/2021:
9.3.1. Advertência;
9.3.2. Multa;
9.3.3. Impedimento de licitar e contratar;
9.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.5. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na hipótese da infração mencionada no item 9.2, subitem "9.2.1", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme determina o art. 156, § 2°, da Lei n° 14.133/2021.
9.6. A sanção de multa será aplicada por qualquer das infrações mencionadas no item 9.2 e, a critério da administração, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a

FLS. Nº 11
Rubrica
FLS. Nº 147
Rubrica

30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme determina o art. 156, § 3°, da Lei n° 14.133/2021.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses das infrações da Lei n° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme determina o art. 156, § 4°, da Lei n° 14.133/2021.

9.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, conforme determina o art. 156, § 7°, da Lei n° 14.133/2021.

9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da persa desse valor, a diferença será descontada a garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme determina o art. 156, § 8°, da Lei n° 14.133/2021.

9.10. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme determina o art. 156, § 9° da Lei n° 14.133/2021.

9.11. Da possibilidade de defesa:

9.11.1. Na aplicação da pena de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme determina o art. 157 da Lei n° 14.133/2021.

9.11.2. Na aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme determina o art. 158 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, conforme determina o art. 117 da Lei n° 14.133/2021.

10.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme determina o art. 117, § 1°, da Lei n° 14.133/2021.

10.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme determina o art. 117, § 2°, da Lei n° 14.133/2021.

10.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo contratante, conforme determina o art. 120 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

FLS. Nº 12
Rubrica

FLS. Nº 142
Rubrica

11.1. A extinção do presente instrumento de contrato dar-se-á de acordo com os artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal n°. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente Instrumento é regido pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1° de abril de 2021, pelos preceitos de direito público, lhe aplicando supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULADÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA

14.1. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coelho Neto- MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na preste ata, as partes assinam o presente instrumento, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Duque Bacelar (MA), 14 de abril de 2025

Antonio Fernando Oliveira

CÂMARA MUNICIPAL
CNPJ: 07.740.442/0001-13
Antônio Fernando Oliveira
CPF n° 432.433.123-53

gov.br Documento assinado digitalmente
JOAO FRANCISCO SILVA DOS SANTOS
Data: 14/04/2025 17:48:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA
CNPJ n° 34.795.292/0001-18

Testemunhas

01 _____

01 _____

FLS. Nº 13
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

DESPACHO

Autorizo a abertura de processo administrativo, nos termos da Lei n.º 14.133/21.

Duque Bacelar(MA), 11 de dezembro de 2025

ANTONIO FERNANDO OLIVEIRA

Antônio Fernando Oliveira
Presidente

FLS. Nº 14
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

AO SETOR CONTÁBIL,

Tendo em vista a autorização para abertura de processo administrativo para Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo referente a Contratação de empresa especializada em fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, favor informar a classificação orçamentária e financeira dos recursos deste processo.

Duque Bacelar/MA, 11 de dezembro de 2025

Debora Daniele Dias de Sousa
Secretária Administrativa

FLS. Nº 17
Rubrica

DESPACHO SETOR CONTABIL

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- As despesas para atender ao objeto desta contratação mediante Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo de Contratação de empresa especializada em fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, ocorrerão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Orgão: 01 – Câmara Municipal
Unidade Gestora: 01.01 – Câmara Municipal
Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal
Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços De Terceiro Pessoa Jurídica.

Duque Bacelar/MA, 12 de dezembro de 2025

DARLAN BRUNO DIAS MARINHO:01919044302

Assinado de forma digital por DARLAN BRUNO DIAS MARINHO:01919044302

Contador
Darlan Bruno Dias Marinho
CRC Nº12453-0

FLS. Nº 16
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na qualidade de Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, declaro, para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do processo administrativo referente ao aditivo de prazo do Contrato nº 017/2025 , oriundo da Dispensa nº 014/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, possuem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) da Câmara Municipal e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), existindo dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes da prorrogação contratual.

Duque Bacelar (MA), 15 de dezembro de 2025

Antonio Fernando Oliveira

Antônio Fernando Oliveira
Presidente

FLS. Nº 17
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR/MA

Oficio nº 014/2025 Duque Bacelar/MA, 16 de dezembro de 2025

À empresa,
PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 34.795.292/0001-18
Sediada na Rua São Judas Tadeu, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP 65625-000.
Representante: Sr. João Francisco Silva dos Santos, portador do CPF 916.226.203-30

Assunto: Solicitação de anuência para celebração de Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo Contratual.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos, por meio deste, informar que o **Contrato nº 017/2025**, celebrado entre esta Câmara Municipal e essa empresa, cujo objeto consiste na **Contratação de empresa especializada no fornecimento de material gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA**, possui vigência até o dia **31 de dezembro de 2025**.

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade da prestação dos serviços contratados, de forma ininterrupta e em observância ao interesse público, bem como tendo em vista que permanecem inalteradas as condições que ensejaram a contratação inicial, esta Administração manifesta interesse na **prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses**, mediante a celebração do **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2025**, preservando-se todas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas.

Dessa forma, solicitamos a manifestação formal de anuência dessa empresa quanto à prorrogação pretendida, a fim de possibilitar o prosseguimento dos procedimentos administrativos necessários à formalização do respectivo Termo Aditivo, nos termos da legislação vigente e das disposições contratuais aplicáveis.

Caso haja concordância, solicitamos que a manifestação seja encaminhada a esta Câmara Municipal no menor prazo possível, para que sejam adotadas as providências pertinentes antes do término da vigência contratual.

Na oportunidade, renovamos nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Debora Daniele Dias de Sousa
Secretária Administrativa

FLS. Nº 18
Rubrica

À

SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

Sra. Debora Daniele Dias de Sousa

Secretária Administrativa

Diante da solicitação recebida, venho através deste oficio, manifestar o interesse da continuidade do contrato original nº 017/2025, com o termo aditivo de prorrogação de prazo por mais 11 (onze).

Duque Bacelar – MA, 17 de dezembro de 2025.

João Francisco Silva dos Santos
Sócio Administrador

PAZ SERVIÇOS E EVENTOS LTDA
Rua São Judas Tadeu – SN – Centro – Duque Bacelar – MA – CEP 65625-000
CNPJ: 34.795.292/0001-18 – I.E 12616249-2 – fantasydbma@gmail.com – (98) 9 8400-4706

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n - Centro, Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.726.492/0001-13

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

Ilmo. Sr.
Washington Carlos Ferreira dos Santos
Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar/MA

NESTA

AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, e considerando a regular instrução dos autos do processo administrativo, AUTORIZO o prosseguimento dos procedimentos necessários à celebração do Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2025, visando à prorrogação de sua vigência, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada em fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.

Encaminhem-se os autos para as providências cabíveis, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Duque Bacelar/MA, 18 de dezembro de 2025.

Atenciosamente,

Antonio Fernando Oliveira
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR/MA
Av. Coronel Rosalino, s/nº - Centro/ Duque Bacelar-MA | CEP 65.823-000 | CNPJ: 07.726.492/0001-13
E-mail: camaramunicipalduquebacelar@gmail.com

FLS. Nº 20
Rubrica

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATO Nº 1201.1/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATO Nº 1201.1/2024

PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar/Ma, através da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer / FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Basica,** CNPJ sob o nº 30.768.891/0001-91 e a empresa C T S DE AGUIAR LTDA, CNPJ: 25.308.876/0001-20; **OBJETO**: serviços de manutenção preventiva e corretiva em geral de veículos (motor, injeção, suspenção, freios, elétricos, injeção eletrônica, escapamento, radiador etc...); **CLAUSULA PRIMEIRA** - O presente Aditivo tem a finalidade de alterar as CLAUSULAS SEXTA, do contrato nº 1201.1/2024; **CLAUSULA SEGUNDA**, Fica alterado o prazo para execução, será de mais 12 (doze) meses, a partir do dia 10/01/2025 a 10/01/2026, nos Termos da Lei 8,666/93 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. **SIGNATÁRIOS:** Srº Caio Tayson Sousa De Aguiar, CPF: 047.186.503?64, pela contratada e o Sr. Sr Jales Moura de Freitas Carvalho, CPF nº 375.125.443-91, pela contratante. Duque Bacelar-Ma, 10 de janeiro de 2025.

Adv. Sandra Maria da Costa
OAB/PI – 4650
Assessor Jurídico

Identificador: 402-829a591749a5f23eb54a9170e8901213c1d9fa54

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATO nº 1201.2/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATO nº 1201.2/2024

PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar/Ma, através da **Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde,** CNPJ sob o nº 11.310.542/0001-87 e a empresa C T S DE AGUIAR LTDA, CNPJ: 25.308.876/0001-20: Serviços de manutenção preventiva e corretiva em geral de veículos (motor, injeção, suspenção, freios, elétricos, injeção eletrônica, escapamento, radiador etc...); **CLAUSULA PRIMEIRA** - O presente Aditivo tem a finalidade de alterar as **CLAUSULAS SEXTA,** do contrato nº 1201.2/2024; **CLAUSULA SEGUNDA**, Fica alterado o prazo para execução, será de mais 12 (doze) meses, a partir do dia 10/01/2025 a 10/01/2026, nos Termos da Lei 8,666/93 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. SIGNATÁRIOS: Srº Caio Tayson Sousa De Aguiar, CPF: 047.186.503?64, pela contratada e a Sr.ª Ana Leonor Batista Burlamaqui, CPF: 643.749.203-15, pela contratante. Duque Bacelar - Ma, 10 de janeiro 2025.

Adv. Sandra Maria da Costa
OAB/PI – 4650
Assessor Jurídico

Identificador: 402-7b540ac7ec39b1012d21f670e25d50f01fe518a6

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATO Nº 1201/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATO Nº 1201/2024

PARTES: Prefeitura Municipal de Duque Bacelar - MA, através da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura CNPJ sob o nº. 06.314.439/0001-75 e a empresa C T S DE AGUIAR LTDA, CNPJ: 25.308.876/0001-20, OBJETO: serviços de manutenção preventiva e corretiva em geral de veículos (motor, injeção, suspenção, freios, elétricos, injeção eletrônica, escapamento, radiador etc...); **CLAUSULA PRIMEIRA** - O presente Aditivo tem a finalidade de alterar as CLAUSULAS SEXTA, do contrato nº 1201/2024 ; **CLAUSULA SEGUNDA**, Fica alterado o prazo para execução, será de mais 12 (doze) meses, a partir do dia 10/01/2025 a 10/01/2026, nos Termos da Lei 8,666/93 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original; **SIGNATÁRIOS:** Srº Caio Tayson Sousa De Aguiar, CPF: 047.186.503?64, pela contratada e o Sr. Robert Otoni Furtado Oliveira, CPF nº 088.961.273-00, pela contratante. Duque Bacelar-Ma, 10 de janeiro de 2025.

Adv. Sandra Maria da Costa
OAB/PI – 4650
Assessor Jurídico

Identificador: 402-d61ebbaa72eee73aa04ef40b67986b8b8c5f9d69

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 001/2025

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 001/2025

Pelo presente instrumento de TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, de um lado a **Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-MA**, localizada AV. Cel. Rosalino, 155, centro, Duque Bacelar – MA, CEP: 65625000,

FLS. Nº 21
Rubrica

CNPJ N° 06.314.439/0001-75 neste ato por seu FRANCISCO FLÁVIO LIMA FURTADO, brasileiro, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.036.546 SSP - PI, inscrito no CPF/MF sob o nº 396.299.293 - 68, residente e domiciliado na Povoado Ana Maria, Duque Bacelar-MA e de outro lado, a **Câmara Municipal de Vereadores de Duque Bacelar-MA,** inscrita no CNPJ Nº 07.740.442/0001-13, localizada na AV. Cel. Rosalino, s/n, centro, Duque Bacelar – MA, CEP: 65625000, neste ato por seu Presidente Antonio Fernando Oliveira, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº 027267492004-8 SSP/MA, inscrito no CPF/MF 432.433.123-53-, residente e domiciliado na rua Chico Rita, s/n, Bairro Alto Bonito, Duque Bacelar-MA, celebram o presente instrumento nos seguintes termos:

1. O presente **TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** é uma ferramenta que cria vinculação de caráter técnico e jurídico, firmado com o objetivo de estabelecer entre a Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-MA e Câmara Municipal de Duque Bacelar-MA a utilização da estrutura da **Comissão de Contratação** e do **Agente de Contração Equipe de Apoio,** através da qual poderá a Câmara Municipal realizar suas compras e contratações, cumprindo todas as exigências da Lei Orgânica e as resoluções do Tribunal de Contas da União e do Estado do Maranhão, além das leis que regem a atividade administrativa, com destaque a Lei nº 14.133/2021 e demais normas atinentes ao objeto.

2. A Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-MA disponibilizará sua **Comissão de Contratação** e do **Agente de Contração Equipe de Apoio,** para que estes realizem, mediante autorização direta do Presidente da Câmara Municipal, como determina o artigo 37 da Constituição Federal, as licitações para compras e contratações de necessidade da Casa Legislativa.

3. No cumprimento do presente instrumento, a **Comissão de Contratação** e do **Agente de Contração Equipe de Apoio,** adotarão a mesma postura necessária para seu trabalho, de forma independente e sem vinculação às pessoas, respeitando, sob pena de responsabilidade, aos princípios da Publicidade, Moralidade, Eficiência e os demais princípios que norteiam a administração, respondendo seus membros por faltas que vierem a praticar no exercício de suas atribuições.

4. Na realização das licitações de interesse da Câmara Municipal, deverá ser utilizada as dotações orçamentarias do poder legislativo, sendo obrigatório que os atestados e declarações contábeis sejam emitidos e sob inteira responsabilidade do Setor Contábil da Câmara Municipal de Vereadores, respeitando-se sempre o princípio da isonomia e independência dos poderes, cabendo neste passo ao Presidente da Câmara o desempenho de autoridade superior à **Comissão de Contratação** e do **Agente de Contração Equipe de Apoio**, cabendo a este a decisão final sobre os temas levados a seu conhecimento ou decisão, incluindo-se homologação e adjudicação de resultados em sede de qualquer modalidade de licitação.

5. As solicitações de licitação que envolvam a Câmara Municipal serão autorizadas privativamente pelo Presidente da Câmara, respeitado o regimento interno da mesma.

6. O presente instrumento é firmado em caráter de cooperação técnica, inexistindo qualquer vinculação de ordem financeira entre as partes.

7. O presente instrumento é firmado com autorização legislativa e com base na consulta junto ao Tribunal de Contas do estado do Maranhão (TCE/MA 2693/2015), sendo defesa a utilização de dotações orçamentarias do Poder Executivo em qualquer licitação processada por autorização da Câmara Municipal de Vereadores.

8. As despesas com a publicação de editais, resultados e extratos de contratos correrão às dotações da própria Câmara Municipal de Vereadores.

9. Este instrumento terá validade até o dia 31 de dezembro/2026, podendo ser prorrogado, se de interesse e necessidade das partes, mediante simples aditivo.

Para que surtam seus legais e jurídicos efeitos, as partes firmam o presente instrumento em três vias, que será publicado em extrato no Diário Oficial do Município.

Duque Bacelar-MA, 06 de janeiro de 2025.

Prefeitura Municipal de Duque Bacelar-MA
CNPJ: 06.314.439/0001-75
Francisco Flávio Lima Furtado
Prefeito

Câmara Municipal de Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13
Antonio Fernando Oliveira
Presidente da Câmara

Identificador: 402-b24f00ac2e5b42aa6d7d019c457c777eb19a20fc

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Pelo presente instrumento, autuamos esse processo nas condições abaixo, juntando a documentação específica.

DA LICITAÇÃO

- Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO (Termo Aditivo)

- Requisitante: Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.

DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Constitui objeto do presente processo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 017/2025, cujo objeto consiste no fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, visando assegurar a continuidade dos serviços durante o novo período de vigência.

DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

- As despesas para atender ao objeto desta contratação, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Orgão: 01 – Câmara Municipal
Unidade Gestora: 01.01 – Câmara Municipal
Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção E Funcionamento Da Câmara Municipal
Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços De Terceiro Pessoa Jurídica.

E, para constar, lavra-se a presente Autuação, que passa a integrar os autos do Processo Administrativo.

Comissão Permanente de Licitação do Município de Duque Bacelar, Estado do Maranhão, em 19 de dezembro de 2025.

Washington Carlos F. dos Santos
Washington Carlos Ferreira dos Santos
Agente de Contratação

Nayara Cristina A. Gomes
Nayara Cristina Alencar Gomes
Equipe de Apoio

Raimundo Nonato A. Silva
Raimundo Nonato Araújo Silva
Equipe de Apoio

FLS. Nº 23
Rubrica

DESPACHO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/PMDB Em 22/12/2025

À Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA

Encamihamento para análise e manifestação, de consulta sobre primeiro termo de aditivo de prorrogação de prazo do objeto ao contrato nº 017/2025 , referente à fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.

Atenciosamente,

Washington Carlos Ferreira dos Santos
Agente de Contratação

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

DESPACHO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/PMDB Em 22/12/2025

À Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA

Encaminhamento para análise e manifestação, de consulta sobre primeiro termo de aditivo de prorrogação de prazo do objeto ao contrato nº 017/2025 , referente à fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA.

Atenciosamente,

Washington Carlos Ferreira dos Santos
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE
DUQUE BACELAR
Transparência, responsabilidade e desenvolvimento
ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
PODER LEGISLATIVO
CNPJ: 07.740.442/0001-13

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 029/2025

Referência: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2025 — Dispensa de Licitação nº 014/2025

Contratada: PAZ SERVIÇOS E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 34.795.292/0001-18

Objeto: Prorrogação da vigência contratual por 11 (onze) meses

EMENTA: Direito Administrativo. Contrato de fornecimento de material gráfico. Contratação por escopo predefinido. Primeiro termo aditivo de prorrogação de prazo. **Art. 111 da Lei nº 14.133/2021.** Prorrogação automática da vigência quando não concluído o objeto no período firmado. Previsão contratual expressa. Tempestividade do aditamento. Anuência da contratada. Ausência de acréscimo de valor. **PARECER FAVORÁVEL**, com recomendações.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Secretaria Administrativa desta Casa Legislativa, mediante autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente, destinado à celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2025, cujo objeto é o fornecimento de material gráfico destinado ao atendimento das demandas administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA — compreendendo blocos de anotações, blocos de ordem de compras, capas de processo legislativo, calendários e demais impressos personalizados.

O contrato originário decorre da Dispensa de Licitação nº 014/2025, fundada no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, tendo sido celebrado em 14 de abril de 2025, com vigência até 31 de dezembro de 2025, no valor global de R$ 18.440,18 (dezoito mil, quatrocentos e quarenta reais e dezoito centavos), correspondente ao somatório dos quantitativos unitários discriminados na Cláusula Quarta.

Instruem os autos, na ordem em que se acham autuados: Termo de Abertura; Memorando Interno da Secretaria Administrativa solicitando autorização para instauração do procedimento; cópia integral do Contrato nº 017/2025, acompanhada do respectivo termo de juntada; Despacho autorizativo da Presidência; Despacho de encaminhamento ao Setor Contábil; manifestação do Setor Contábil quanto à classificação orçamentária; Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira firmada pelo Ordenador de Despesas; Ofício de consulta à contratada; manifestação formal de interesse da contratada na prorrogação; documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária atualizada; demonstrativo do saldo quantitativo remanescente do objeto; manifestação do gestor/fiscal do contrato quanto à execução do ajuste; Autorização do Ordenador de Despesas; Termo de Autuação; Despacho de encaminhamento ao Controle Interno; Parecer do Controle Interno; e minuta do Primeiro Termo Aditivo.

Vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para controle prévio de legalidade. É o relatório.

FLS. Nº 25
Rubrica

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – Da competência, do objeto da análise e das premissas adotadas

A presente análise se dá nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, que impõe, ao final da fase preparatória, o encaminhamento do processo ao órgão de assessoramento jurídico para controle prévio de legalidade.

A manifestação restringe-se aos aspectos jurídico-formais da pretensão, não alcançando os juízos de conveniência, oportunidade, necessidade administrativa, adequação técnica do objeto ou aferição de valores e quantitativos, matérias afetas à esfera discricionária do gestor e às unidades técnicas competentes.

Consigne-se, ainda, que este parecer se apoia nas informações, declarações, datas e elementos técnicos constantes das peças produzidas pelas unidades administrativas e pela autoridade competente, os quais são acolhidos como **premissas fáticas**, não competindo a esta Assessoria Jurídica a aferição de sua veracidade material, a conferência de dados numéricos ou a verificação in loco da execução contratual, responsabilidades que permanecem com os respectivos subscritores, na forma do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Alteração superveniente de qualquer dessas premissas implica a necessidade de nova manifestação jurídica.

II.2 – Da natureza do ajuste: contratação por escopo predefinido

Ponto de partida indispensável é a correta qualificação jurídica do contrato, da qual decorre todo o regime aplicável ao aditamento.

O Contrato nº 017/2025 não veicula prestação de execução continuada. A Cláusula Quarta discrimina **quantitativos certos e determinados** de cada item — sessenta blocos de anotações, cem blocos de ordem de compras, um milheiro de capas de processo legislativo, um milheiro de capas tipo 2, calendários de mesa e demais impressos —, cada qual com valor unitário próprio, cujo somatório perfaz o valor global do ajuste.

Não há, portanto, utilidade que se renove mês a mês enquanto perdurar o contrato. Há **escopo predefinido a ser integralmente entregue**, exaurindo-se a obrigação da contratada com a entrega da última unidade contratada. O fornecimento ocorre mediante ordem de serviço, na forma do item 2.2 do instrumento, à medida das necessidades da Administração.

Essa qualificação afasta a incidência dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, próprios dos serviços e fornecimentos contínuos, e atrai a disciplina específica do art. 111.

II.3 – Da prorrogação automática por força do art. 111 da Lei nº 14.133/2021

Dispõe o art. 111 da Lei nº 14.133/2021 que, na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, ***o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.***

FLS. Nº 26
Rubrica

A norma opera de pleno direito. Não confere faculdade à Administração, tampouco condiciona a prorrogação a juízo de vantajosidade ou a atestado de manutenção de preços: verificada a não conclusão do escopo ao termo final, a vigência se prorroga por imperativo legal, precisamente para permitir que a contratada complete a entrega a que se obrigou e a Administração receba aquilo que contratou.

O contrato incorporou expressamente essa disciplina. A **Cláusula Sétima, item 7.2**, estabelece que, não exaurido o objeto até o final da vigência, o ajuste será automaticamente prorrogado, havendo disponibilidade de créditos orçamentários — reprodução, em cláusula, do comando legal.

Não tendo o objeto se exaurido ao término do prazo originário, remanescendo quantitativos contratados e não entregues, operou-se a prorrogação de pleno direito. O termo aditivo ora submetido a exame **não constitui a prorrogação, mas a formaliza e documenta**, fixando o novo prazo e conferindo segurança jurídica à execução remanescente — providência que se recomenda justamente para que a continuidade não se dê à margem de instrumento escrito.

Registre-se, por oportuno, que o parágrafo único do art. 111 reserva consequências distintas à hipótese de a não conclusão decorrer de culpa do contratado, caso em que caberia a constituição em mora e a eventual extinção do ajuste. Consta dos autos que a execução remanescente decorreu do ritmo de demanda da Administração, que emite as ordens de fornecimento conforme suas necessidades, não se registrando inadimplemento imputável à contratada — premissa acolhida na forma do item II.1 e que afasta a incidência daquele dispositivo.

II.4 – Da tempestividade do aditamento

A Cláusula Sétima, item 7.1, fixou o termo final da vigência em 31 de dezembro de 2025. O procedimento destinado à formalização da prorrogação foi instaurado com antecedência de aproximadamente 20 (vinte) dias em relação a essa data, instruído ao longo de todo o período e concluído com a celebração do termo aditivo ainda no curso da vigência.

Não há, portanto, solução de continuidade nem sobreposição de períodos: o aditamento incide sobre contrato plenamente vigente e produz efeitos a partir do encerramento do período originário.

II.5 – Da ausência de acréscimo de valor

Aspecto que distingue o presente aditamento e merece registro expresso: **a prorrogação não acarreta despesa nova**.

O valor global de R$ 18.440,18 permanece inalterado. O que a prorrogação viabiliza é tão somente a execução do **saldo quantitativo remanescente**, já contratado, empenhado e orçamentariamente previsto quando da contratação originária. Não há acréscimo de quantitativos, não há alteração de valores unitários e não há reajuste — ainda que a Cláusula Sexta o autorizasse após decorridos nove meses da data-base.

Daí decorrem duas consequências. Primeira: não se cogita de superação dos limites do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a despesa foi integralmente considerada quando da dispensa

originária, não havendo nova contratação a ser somada no exercício. Segunda: fica igualmente afastada a incidência dos limites do art. 125, porquanto o aditamento é exclusivamente de prazo, sem alteração quantitativa ou qualitativa do objeto.

II.6 – Da anuência da contratada e da manutenção das condições de habilitação

A contratada manifestou formalmente seu interesse na continuidade do ajuste e concordância com a prorrogação pelo prazo de 11 (onze) meses, em documento subscrito por seu sócio administrador e acostado aos autos.

Adota-se, na presente análise e no instrumento a ser celebrado, o prazo de **11 (onze) meses**, por corresponder exatamente à manifestação de vontade da contratada — providência que assegura a perfeita bilateralidade do ajuste e afasta questionamento quanto à existência de consenso sobre elemento essencial do aditamento.

A contratada comprovou, ademais, a manutenção das condições de habilitação exigidas quando da contratação originária, em cumprimento ao art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021 e à Cláusula Quarta, item 4.7, do instrumento contratual.

II.7 – Da adequação orçamentária e financeira

O Ordenador de Despesas firmou a declaração de adequação orçamentária e financeira e de compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, na forma do art. 16, II, da Lei Complementar nº 101/2000, restando atendida a exigência do art. 150 da Lei nº 14.133/2021.

A execução do saldo remanescente correrá à conta da dotação indicada pelo Setor Contábil — Órgão 01, Unidade Gestora 01.01, Projeto/Atividade 2001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal. Recomenda-se que o Setor Contábil confirme a adequação da classificação econômica adotada à natureza do objeto, considerada a distinção entre material de consumo e serviços de terceiros, bem como que promova, se for o caso, a inscrição em restos a pagar ou o novo empenho da parcela cuja execução se desloca para o exercício seguinte, na forma dos arts. 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964.

II.8 – Da minuta do termo aditivo

Examinada a minuta acostada aos autos, verifica-se a correta qualificação das partes e de seus representantes legais, a delimitação precisa do objeto do aditamento — restrito à alteração da Cláusula Sétima do contrato originário —, a indicação do novo prazo de vigência e a ratificação expressa das demais cláusulas do instrumento, em conformidade com o art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

II.9 – Da publicidade como condição de eficácia

Registre-se, com ênfase, que a eficácia do termo aditivo condiciona-se à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura, nos termos do art. 94, II, da Lei nº 14.133/2021, obrigação igualmente prevista na Cláusula Décima Quarta do instrumento contratual.

FLS. Nº 28
Rubrica

Trata-se de requisito de eficácia, e não de mera formalidade: enquanto não promovida a divulgação, o aditamento, embora válido, não produz efeitos, o que compromete a regularidade dos recebimentos e pagamentos realizados no período. Impõe-se, por isso, a imediata verificação do cumprimento dessa obrigação e a juntada aos autos do respectivo comprovante, sem prejuízo da publicação no veículo oficial de imprensa desta Casa Legislativa e da remessa da documentação ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, na forma e nos prazos definidos em ato normativo daquela Corte.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina esta Assessoria Jurídica, sob o prisma estritamente jurídico-formal e com base nas premissas consignadas no item II.1, de modo **FAVORÁVEL** à celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2025, para prorrogação de sua vigência pelo prazo de 11 (onze) meses, contados do termo final do período originário, com fundamento no **art. 111 da Lei nº 14.133/2021** e na Cláusula Sétima, item 7.2, do instrumento contratual, aprovando-se a minuta acostada aos autos.

Recomenda-se, para o resguardo da Administração:

1. a explicitação, no termo aditivo, de que o aditamento se funda no art. 111 da Lei nº 14.133/2021 e destina-se à conclusão do escopo predefinido não integralmente entregue no período originário;
2. a consignação expressa, no instrumento, de que o aditamento não acarreta acréscimo de valor, permanecendo inalterado o valor global originalmente pactuado, e a indicação do saldo quantitativo remanescente por item;
3. a fixação do prazo do aditamento em 11 (onze) meses, em correspondência com a manifestação de anuência da contratada;
4. a colheita das assinaturas das partes e de 02 (duas) testemunhas, com a respectiva qualificação;
5. a **verificação imediata da divulgação do termo aditivo no PNCP**, com juntada aos autos do comprovante de publicação e, em caso de intempestividade, com registro da justificativa, bem como a publicação no veículo oficial desta Casa e no Portal da Transparência;
6. a remessa da documentação ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão na forma e nos prazos de sua regulamentação;
7. a confirmação, pelo Setor Contábil, da adequação da classificação econômica à natureza do objeto, e a adoção das providências relativas à inscrição em restos a pagar ou ao novo empenho da parcela a ser executada no exercício seguinte;
8. a designação e o registro formal do gestor e dos fiscais do contrato para o novo período, com controle documentado das ordens de fornecimento emitidas, dos quantitativos entregues e do saldo remanescente, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
9. a exigência da manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência prorrogada, com renovação periódica das certidões;

FLS. Nº 29
Rubrica

10. a avaliação, à luz do saldo apurado, quanto à suficiência do prazo ora fixado para a integral conclusão do escopo, evitando-se a necessidade de novo aditamento;
11. a numeração e a rubrica sequencial das folhas dos autos, na forma do art. 22, §4º, da Lei nº 9.784/1999.

É o parecer, que submeto à superior apreciação.

Duque Bacelar/MA, 26 de dezembro de 2025.

José Diêgo Leal Seles

OAB/PI nº 11586

Portaria nº 002/2025

Assessor Jurídico

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE ADITIVO

A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA, convoca a Empresa PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 34.795.292/0001-18, com sede na Rua São Judas Tadeu, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP 65625-000, para assinatura de Termo de Aditivo de Prazo do contrato nº 017/2025, decorrente da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2025.

.

Solicitamos o envio da documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista, atualizada.

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções prevista em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Duque Bacelar - MA, 29 de dezembro de 2025

Antonio Fernando Oliveira

Antônio Fernando Oliveira
Presidente

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

Contrato Original nº 017/2025 - 1º. ADITIVO

Processo Administrativo nº 029/2025.

PRIEMIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SE CELEBRAM DE UM LADO A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR E DO OUTRO A EMPRESA PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR, inscrita no CNPJ: 07.740.442/0001-13, sediada à Av. Coronel Rosalino, S/n, Centro, Duque Bacelar/MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, Presidente.

CONTRATADA: PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 34.795.292/0001-18, com sede na Rua São Judas Tadeu, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP 65625-000, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor João Francisco Silva dos Santos, portador do CPF 916.226.203-30.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O objeto deste Termo de Aditivo é alterar a **Cláusula Sétima** Contrato Original nº 017/2025, Contratação de empresa especializada em fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA do dia 14 de abril de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

Fica alterado o prazo para execução dos serviços será demais 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do presente Termo Aditivo, 29/12/2025 a 29/12/2026, nos Termos da Lei 14.133/21 e se houver interesse entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original não mencionadas neste Termo Aditivo.

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente aditamento em 03 (três) vias de igual teor e firma para um só efeito legal.

Duque Bacelar (MA), 29 de dezembro de 2025

CONTRATANTE:

Antônio Fernando Oliveira
Presidente Câmara Municipal de Duque Bacelar

CONTRATADA:

EMPRESA: PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA
C.N.P.J: 34.795.292/0001-18
REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:

1_____ CPF: _____

2_____ CPF: _____

FLS. Nº 33
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA
CNPJ: 34.795.292/0001-18

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:29:16 do dia 11/11/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/05/2026.
Código de controle da certidão: **359B.1242.936E.E9CC**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FLS. Nº 342
Rubrica

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 34.795.292/0001-18
Razão Social: PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA
Endereço: RUA SAO JUDAS TADEU SN / CENTRO / DUQUE BACELAR / MA / 65625-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:22/11/2025 a 21/12/2025

Certificação Número: 2025112203015631865476

Informação obtida em 26/11/2025 12:05:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CAIXA

Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF

Inscrição:
Razão
Endereço:

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/11/2025 a 21/12/2025

Certificação Número: 2025112230130613854974

Informação obtida em 23/11/2025 12:03:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 34.795.292/0001-18
Certidão nº: 54326755/2025
Expedição: 15/09/2025, às 11:59:12
Validade: 14/03/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **34.795.292/0001-18**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FLS. Nº 36
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 378158/25 **Data da** 26/11/2025 12:02:36

Inscrição Estadual: 126162492 **CPF/CNPJ:** 34795292000118

Razão Social: PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA

Endereço: RUA SAO JUDAS TADEU, SN CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (98)84023771 **Município:** DUQUE BACELAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 24/02/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 26/11/2025 12:02:36

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 3781582/25 **Data da** 26/11/2025 12:02:36

Inscrição Estadual: 12016249 2 **CPF/CNPJ:** 34795892000110

Razão Social: PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA

Endereço: RUA SAO JUDAS TADEU, SN **CEP:** 65628000 - CRATEUS

Telefone: (88)84023771 **Município:** DUQUE BACELAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas processadas no sistema desta Secretaria, subsidiando pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvando, todavia, a Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela tecnologia.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 24/02/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 26/11/2025 12:02:36

FLS. Nº 37
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 111046/25 **Data da** 26/11/2025 12:03:32

Inscrição Estadual: 126162492 **CPF/CNPJ:** 34795292000118

Razão Social: PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA

Endereço: RUA SAO JUDAS TADEU, SN CEP: 65625000 - CENTRO

Telefone: (98)84023771 **Município:** DUQUE BACELAR **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 24/02/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 26/11/2025 12:03:32

FLS. Nº 38
Rubrica

PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Certifico a requerente verbal de parte interessada que revendo os livros de lançamentos de débitos desta Prefeitura Municipal, os arquivos em andamento deles não constataram nenhum débito referente a tributos municipais em nome de: **PAZ SERVIÇOS E EVENTOS LTDA, CNPJ: 34.795.292/0001-18, situada na São Judas Tadeu s/n, bairro Centro CEP: 65.625-000,** nesta cidade, Duque Bacelar-MA. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Municipal o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

E para constar o Fiscal Municipal subscreve.

Essa certidão tem prazo de validade de 90 dias a partir da data de sua emissão.

Duque Bacelar/MA, 15 de setembro de 2025.

VISTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Antonio Carlos Raudany da S. Almeida
Chefe de Arrecadação Tributária
Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SETOR TRIBUTÁRIO

FLS. Nº 397
Rubrica

PREFEITURA DE
DUQUE
BACELAR
PRA FAZER MUITO MAIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Certifico a requerente verbal de parte interessada que revendo os livros de lançamentos de débitos desta Prefeitura Municipal, os arquivos em andamento deles não constataram nenhum débito referente a tributos municipais em nome de: **PAZ SERVIÇOS E EVENTOS LTDA, CNPJ: 34.795.292/0001-18, situada na Rua São Judas Tadeu s/n, bairro Centro CEP: 65.625-000,** nesta cidade, Duque Bacelar-MA. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Municipal o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

E para constar o Fiscal Municipal subscreve.

Essa certidão tem prazo de validade de 90 dias a partir da data de sua emissão.

Duque Bacelar/MA, 15 de setembro de 2025.

VISTO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Antonio Carlos Raudany da S. Almeida
Chefe de Arrecadação Tributária
Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
SETOR TRIBUTAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE
DUQUE BACELAR
Transparência, responsabilidade e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 017/2025

PARTES: Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13 e a empresa: PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 34.795.292/0001-18, com sede na Rua São Judas Tadeu, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP 65625-000, neste ato representada por seu representante legal Sr. João Francisco Silva dos Santos, portador do CPF 916.226.203-30, tendo por **OBJETO,** Contratação de empresa especializada em fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar, **CLAUSULA PRIMEIRA -** O presente Aditivo tem a finalidade de alterar a Cláusula Sétima do Contrato Original CONTRATO Nº 017/2025; **CLAUSULA SEGUNDA -** Fica alterado o prazo para execução, será de mais 11 (onze) meses, a partir do dia 29/12/2025 a 29/11/2026, nos Termos da Lei 14.133/21 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. **SIGNATÁRIOS:** Sr. João Francisco Silva dos Santos, portador do CPF 916.226.203-30, pela contratada e o Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, Presidente, pela contratante. Em, 29 de dezembro de 2025.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

EXTRATO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2025

EXTRATO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2025

PARTES: Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13 e a empresa: CONTAC ASSESSORIA CONTABIL, inscrita no C.N.P.J sob o nº 23.507.285/0001-57, com sede na Rua Vicente Vilar, nº 87, Centro, Duque Bacelar/Ma, tendo por OBJETO, Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria em processos administrativos, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, **CLAUSULA PRIMEIRA -** O presente Aditivo tem a finalidade de alterar a Cláusula Sétima do Contrato Original CONTRATO Nº 001/2025; **CLAUSULA SEGUNDA -** Fica alterado o prazo para execução, será de mais 11 (onze) meses, a partir do dia 29/12/2025 a 29/11/2026, nos Termos da Lei 14.133/21 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. SIGNATÁRIOS: Sr. Demerson Corrêa Pinheiro, CPF nº 786.588.373-00, pela contratada e o Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, Presidente, pela contratante. Em, 29 de dezembro de 2025.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3145-c19e70446d625ebcde112b90c37fbeee8396f1c3

EXTRATO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 017/2025

EXTRATO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 017/2025

PARTES: Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 07.740.442/0001-13 e a empresa: PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.795.292/0001-18, com sede na Rua São Judas Tadeu, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP 65625-000, neste ato representada por seu representante legal Sr. João Francisco Silva dos Santos, portador do CPF 916.226.203-30, tendo por OBJETO, Contratação de empresa especializada em fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar, **CLAUSULA PRIMEIRA -** O presente Aditivo tem a finalidade de alterar a Cláusula Sétima do Contrato Original CONTRATO Nº 017/2025; **CLAUSULA SEGUNDA -** Fica alterado o prazo para execução, será de mais 11 (onze) meses, a partir do dia 29/12/2025 a 29/11/2026, nos Termos da Lei 14.133/21 e se houver interesse entre as partes. As demais cláusulas ficam inalteradas e em pleno vigor do contrato original. SIGNATÁRIOS: Sr. João Francisco Silva dos Santos, portador do CPF 916.226.203-30, pela contratada e o Sr. Antônio Fernando Oliveira CPF: 432.433.123-53, Presidente, pela contratante. Em, 29 de dezembro de 2025.

Adv. José Diêgo Leal Sales
OAB/PI 11586
Assessoria Jurídica

Identificador: 3145-c9640a2e58a1c2a54aad93ad136614ffd962f57d

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR-MA

ORDEM DE FORNECIMENTO

Autorizo a empresa PAZ SERVICOS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 34.795.292/0001-18, com sede na Rua São Judas Tadeu, Centro, Duque Bacelar/MA, CEP 65625-000, Contratação de empresa especializada em fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2025, Processo nº 018/2025.

Duque Bacelar - MA, 29 de dezembro de 2025

Antônio Fernando Oliveira
Presidente

ESTADO DO MARANHÃO
CAMARAMUNICIPAL DE DUQUE BACELAR
Av. Coronel Rosalino, s/n, Centro Duque Bacelar-MA
CNPJ: 07.740.442/0001-13

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Processo Administrativo nº 029/2025

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, lavrei o presente TERMO DE ENCERRAMENTO deste processo Administrativo para realização de aditivo de fornecimento de Material Gráfico, de interesse da Câmara Municipal de Duque Bacelar/MA, que tem como última folha a de nº ....., que corresponde a este termo.

Antônio Fernando Oliveira
Presidente